

Universidade Federal de São Carlos

Eula Paula da Silva Souza

Movimento Negro Educador: Contribuições para uma prática pedagógica
antirracista

São Carlos

2025

Eula Paula da Silva Souza

Movimento Negro Educador: Contribuições para uma prática pedagógica
antirracista

Trabalho de Conclusão de Curso
para obtenção do título de
Licenciado(a) em pedagogia da
Universidade Federal de São Carlos.

Orientação: Dr^a Elizângela
Fernandes dos Santos Wavamunno

São Carlos

2025

Souza, Eula Paula da Silva

Movimento Negro Educador: Contribuições para uma prática pedagógica antirracista / Eula Paula da Silva Souza -- 2025.
31f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Elizângela Fernandes dos Santos Wavamunno

Banca Examinadora: Lilian Ucker Perotto, Regina Mariela Chagas

Bibliografia

1. Educação. 2. Relação étnico-racial. I. Souza, Eula Paula da Silva. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

FOLHA DE APROVAÇÃO

Eula Paula da Silva Souza

Movimento Negro Educador: Contribuições para uma prática pedagógica
antirracista

Trabalho de Conclusão de Curso
para obtenção do título de
Licenciado(a) em pedagogia da
Universidade Federal de São Carlos.
São Carlos, 15 de 06 de 2025.

Orientador(a)

Dr.a Elizângela Fernandes dos Santos Wavamunno
Universidade Federal de Pernambuco

Examinadora

Dr.a Lilian Ucker Perotto
Universidade Federal de São Carlos

Examinadora

Dr.a Regina Mariela Chagas
Universidade Federal de São Carlos

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as contribuições do Movimento Negro Educador para as práticas pedagógicas e o currículo escolar, especialmente no contexto da educação básica. Parte-se do entendimento de que os currículos escolares, historicamente marcados por uma perspectiva eurocentrada, silenciam ou marginalizam os saberes e experiências da população negra. A pesquisa, de natureza qualitativa e com abordagem teórica, está ancorada nos estudos de autores e autoras como Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2004), Eliane Cavalleiro (2001), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003) e Beatriz Nascimento (1985), que discutem a educação das relações étnico-raciais, as epistemologias negras e o quilombamento como forma de resistência e produção de conhecimento. Adota-se como marco legal a Lei 10.639/03, que alterou a LDB para incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, e cuja efetivação depende de práticas pedagógicas antirracistas e da valorização das vozes negras nos espaços escolares. O Movimento Negro Educador, conceito trabalhado principalmente por Nilma Lino Gomes, é compreendido como um conjunto de ações, sujeitos, memórias e lutas que, ao longo da história, tem tensionado o sistema educacional brasileiro e formulado estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural. Ao reconhecer esse movimento como produtor de saberes pedagógicos, busca-se evidenciar como suas práticas incidem na formação docente, na organização curricular e na constituição de uma escola que valorize a diversidade e combata as desigualdades raciais. O trabalho evidencia que o Movimento Negro Educador é uma potência política, pedagógica e epistêmica, capaz de transformar as práticas escolares e de inspirar a construção de uma educação antirracista, plural e comprometida com a justiça social. Nesse sentido, o estudo contribui para o fortalecimento das lutas por uma escola que não apenas inclua conteúdos afro-brasileiros, mas que se refunde a partir das epistemologias negras e da escuta atenta aos sujeitos historicamente silenciados pelo currículo hegemônico.

Palavras-chave: Movimento negro educador, práticas pedagógicas, currículo.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This work aims to reflect on the contributions of the Black Educator Movement (*Movimento Negro Educador*) to pedagogical practices and the school curriculum, especially in the context of basic education. It is based on the understanding that school curricula, historically marked by a Eurocentric perspective, tend to silence or marginalize the knowledge and experiences of the Black population. The research, qualitative in nature and with a theoretical approach, is grounded in the works of authors such as Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2004), Eliane Cavalleiro (2001), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003), and Beatriz Nascimento (1985), who discuss education on ethnic-racial relations, Black epistemologies, and *quilombismo* as a form of resistance and knowledge production. The legal framework adopted is Law 10.639/03, which amended the Brazilian Law of Guidelines and Bases (LDB) to include the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in the school curriculum. The effectiveness of this law depends on anti-racist pedagogical practices and the valorization of Black voices within educational spaces. The Black Educator Movement, a concept primarily developed by Nilma Lino Gomes, is understood as a set of actions, individuals, memories, and struggles that, throughout history, have challenged the Brazilian educational system and formulated strategies to confront structural racism. By recognizing this movement as a producer of pedagogical knowledge, this work seeks to highlight how its practices influence teacher education, curriculum organization, and the construction of a school that values diversity and combats racial inequalities. This study shows that the Black Educator Movement is a political, pedagogical, and epistemic force capable of transforming school practices and inspiring the development of an anti-racist, plural education committed to social justice. In this sense, the study contributes to strengthening the struggle for a school that not only includes Afro-Brazilian content, but also reconfigures itself based on Black epistemologies and attentive listening to those historically silenced by the hegemonic curriculum.

Keywords: Black Educator Movement, pedagogical practices, curriculum.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	11
3 METODOLOGIA	18
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6 REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central o Movimento Negro Educador e suas contribuições para as práticas pedagógicas nas escolas brasileiras. A partir de uma abordagem crítica e histórica, busca-se compreender como esse movimento político, social e intelectual incide sobre a produção de saberes, o currículo escolar e as relações raciais no espaço educativo.

Nilma Lino Gomes (2017) compreende o Movimento Negro como produtor de conhecimento e de práticas formativas: “o movimento negro é também educador porque se constituiu e se constitui como espaço de formação política, de socialização de saberes e construção de identidades negras” (GOMES, 2017, p. 25). Essa perspectiva nos permite situar o movimento não apenas como agente político, mas também como sujeito pedagógico ativo.

No âmbito escolar, as influências do Movimento Negro Educador se manifestam na valorização das identidades negras, na reconstrução de memórias e na contestação do currículo eurocentrado, ainda dominante. O presente trabalho parte da hipótese de que essas contribuições são fundamentais para o fortalecimento de uma educação antirracista e comprometida com a justiça social. Ao tratar das práticas pedagógicas, entende-se que o cotidiano da sala de aula é um espaço estratégico para promover transformações sociais. O Movimento Negro Educador, por meio de sua atuação, promove um tensionamento das estruturas escolares e oferece caminhos para a reinvenção das práticas docentes a partir de epistemologias negras.

Petronilha Gonçalves e Silva (2001) afirma que “a escola precisa considerar as experiências, as histórias e as culturas dos diferentes grupos sociais, particularmente da população negra, que historicamente teve suas contribuições silenciadas” (SILVA, 2001, p. 65). Essa consideração é um dos pontos de partida deste estudo.

Assim, ao tematizar o Movimento Negro Educador, pretende-se não apenas discutir suas ações e produções, mas também refletir sobre como seus saberes e práticas têm sido incorporados, tensionados ou negligenciados no contexto educacional. Nos últimos anos, a discussão sobre o movimento tem ganhado maior projeção nos campos da educação e das ciências sociais. Tal destaque decorre da ampliação dos debates sobre a implementação da Lei 10.639/03 e da crescente valorização das epistemologias negras nos espaços acadêmicos e escolares.

Nilma Lino Gomes (2005) destaca que “o Movimento Negro Educador impulsiona a luta pela implementação de políticas de ações afirmativas e pela reformulação do currículo escolar, de forma a romper com a lógica monocultural e eurocentrada” (GOMES, 2005, p. 14). Essa afirmação demonstra a importância de considerar os avanços promovidos por essa militância nos processos de formação docente e elaboração curricular.

Pesquisas recentes, como as de Ribeiro (2019), têm mostrado que escolas que dialogam com os princípios do Movimento Negro Educador conseguem desenvolver práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade étnico-racial, promovendo um ambiente mais inclusivo e crítico.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda se observa uma resistência institucional à incorporação das contribuições do movimento negro. Isso revela a necessidade de uma ação pedagógica e política contínua para assegurar a presença desses saberes no cotidiano escolar e acadêmico. O presente trabalho se insere nesse contexto ao propor uma reflexão crítica e propositiva sobre a presença do Movimento Negro Educador nas práticas pedagógicas, contribuindo para o fortalecimento de uma escola comprometida com a equidade racial.

Apesar do reconhecimento da importância do Movimento Negro Educador, há uma lacuna significativa na sistematização e na análise das suas práticas no cotidiano escolar. Grande parte das pesquisas ainda se concentra na legislação ou em análises teóricas, deixando de lado o estudo das práticas concretas que emergem desse movimento.

Nilma Gomes (2017) aponta que “há uma necessidade urgente de transformar o saber produzido pelo movimento negro em conteúdo formativo e pedagógico no contexto escolar” (GOMES, 2017, p. 32). Essa necessidade revela o distanciamento entre a produção teórica e a aplicação prática nas salas de aula.

Outra lacuna está na formação inicial dos professores. Petronilha Silva (2009) observa que as licenciaturas, em geral, ainda não preparam os futuros docentes para lidar com a diversidade racial de forma crítica e antirracista, o que dificulta a implementação efetiva de uma educação comprometida com os princípios do Movimento Negro Educador. A ausência de sistematização de experiências pedagógicas inspiradas nas práticas do movimento negro também dificulta o avanço de políticas públicas mais eficazes. Sem registros e análises das experiências exitosas, perde-se a oportunidade de expandir boas práticas.

O fenômeno investigado neste trabalho é a atuação do Movimento Negro como agente educador e produtor de práticas pedagógicas antirracistas, com ênfase na sua influência sobre os currículos escolares e a formação docente. Pretende-se compreender de

que forma os saberes e experiências construídos historicamente por sujeitos negros organizados coletivamente contribuem para a reinvenção da educação formal, em especial no que se refere ao enfrentamento do racismo estrutural e à valorização das identidades negras.

Ao tratar desse fenômeno, reconhece-se que o Movimento Negro Educador não é apenas um objeto de estudo, mas também um sujeito epistêmico e político que desafia a lógica hegemônica da escola e propõe novos modos de ensinar, aprender e conviver. Como destaca Gomes (2017), “as ações educativas do movimento negro têm se constituído como práticas formadoras de sujeitos, de resistências e de epistemologias negras” (p. 28). Esse reconhecimento é fundamental para deslocar o olhar da educação tradicional e abrir espaço para outras racionalidades pedagógicas.

A presente pesquisa pretende contribuir para o preenchimento das lacunas anteriormente apontadas ao propor uma análise fundamentada nas experiências, saberes e estratégias do Movimento Negro Educador, articulando teoria e prática. A partir do diálogo com autoras e autores negros e com práticas educativas vivenciadas em contextos escolares, busca-se lançar luz sobre possibilidades concretas de atuação pedagógica comprometida com a equidade racial.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O Movimento Negro no Brasil tem, historicamente, atuado como um agente político-pedagógico que questiona e busca transformar as estruturas racistas instituídas no Estado, na sociedade e, particularmente, na escola. A formulação teórica de Movimento Negro Educador foi consolidada por Nilma Lino Gomes (2017), que compreende esse movimento não apenas como um ator político, mas como um agente de produção de saberes, de formação crítica e de resistência pedagógica frente ao racismo estrutural.

Segundo Gomes (2017), o movimento negro educador “produz um conhecimento que se estrutura na denúncia do racismo, na afirmação da identidade negra e na proposição de alternativas pedagógicas comprometidas com a justiça racial” (p. 25). Essa produção de conhecimento não se limita ao espaço acadêmico, mas também emerge dos terreiros, quilombos, coletivos culturais, ONGs e experiências comunitárias, revelando uma epistemologia própria.

Essa concepção parte da crítica à hegemonia do conhecimento eurocentrado, que historicamente marginalizou os saberes negros nos currículos escolares. Conforme aponta Cuti (2008), “o racismo no Brasil sempre esteve sustentado pelo silenciamento das vozes negras, inclusive no campo do saber” (p. 40). Assim, o movimento negro educador atua como contracorrente, resgatando memórias, histórias e epistemologias negras como fundamentos para a formação de sujeitos críticos e antirracistas.

Além disso, o movimento negro educador promove uma pedagogia da presença e da escuta. Como afirma Ribeiro (2017), “educar na perspectiva do movimento negro é afirmar a existência negra como referência de humanidade, saber e potência” (p. 67). Esse processo implica reconfigurar as relações pedagógicas e propor práticas que acolham a diversidade racial, desnaturalizando práticas excludentes e normativas.

A Lei 10.639/03 representa um marco legal dessa trajetória de luta, ao tornar obrigatória a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. No entanto, como enfatiza Cavalleiro (2000), a presença de conteúdos sobre a cultura negra no currículo escolar não garante, por si só, uma educação antirracista, sendo necessário um comprometimento ético e político dos profissionais da educação com a transformação das práticas pedagógicas.

Gomes (2012) destaca que “o movimento negro educador forma sujeitos negros que, ao se educarem, educam a própria sociedade para novas relações raciais” (p. 88). Essa afirmação sinaliza o caráter coletivo e formativo desse movimento, que envolve tanto a

resistência cotidiana quanto a proposição de outras formas de ensinar, aprender e viver em sociedade.

Beatriz Nascimento (2006), uma das intelectuais negras pioneiras na articulação entre história, território e identidade, já apontava que “a memória negra não é fragmentada, ela é coletiva e comunitária” (p. 127). Sua visão contribui para o entendimento do quilombamento como uma estratégia pedagógica e política de resistência, que ainda hoje influencia práticas escolares comprometidas com a construção de espaços mais equitativos.

Dessa forma, o movimento negro educador se constitui como um campo de luta, de produção epistemológica e de reinvenção das práticas pedagógicas. Sua contribuição ultrapassa a inserção de conteúdos nos currículos e se expressa na formação de um educativo antirracista, que transforma a escola em um território de reconhecimento, pertencimento e dignidade.

As discussões conceituais que envolvem o Movimento Negro Educador atravessam reflexões profundas sobre o currículo, a formação docente, as práticas pedagógicas e os modos de resistência e produção de conhecimento. O ponto de partida é o entendimento de que o currículo escolar, longe de ser neutro ou universal, está inserido em disputas de poder e carregado por um projeto epistemológico eurocentrado. Como afirma Moreira (2009), o currículo “é um campo de disputas simbólicas e políticas que define o que deve ser ensinado, aprendido e valorizado” (p. 17). Dessa forma, os saberes afro-brasileiros e africanos foram sistematicamente excluídos dos espaços de legitimação do conhecimento, o que contribuiu para a reprodução do racismo institucional no ambiente escolar.

Nesse contexto, o Movimento Negro Educador reivindica um currículo antirracista que reconheça os sujeitos negros como produtores legítimos de saberes. Gomes (2012) ressalta que “a luta por um currículo antirracista é também a luta pelo reconhecimento dos sujeitos negros como produtores de conhecimento e cultura” (p. 92). Essa luta não se restringe à inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, mas envolve uma reestruturação epistemológica que questiona as bases que sustentam o que é ensinado nas escolas. Trata-se de um movimento que propõe uma nova forma de pensar o currículo, centrada na justiça social, no respeito à diversidade e na valorização das experiências negras.

A formação de professores, por sua vez, aparece como um ponto estratégico nesse processo. Muitas licenciaturas ainda ignoram as questões raciais em seus projetos formativos, o que contribui para a perpetuação de práticas docentes que reforçam desigualdades. A ausência de discussões sobre racismo, branquitude e epistemologias negras nos cursos de formação inicial e continuada dificulta a construção de práticas pedagógicas

que promovam equidade. Candau (2012) lembra que a prática docente é sempre um lugar de produção de sentidos e, por isso, precisa ser atravessada por perspectivas interculturais que considerem as relações étnico-raciais. Para Carneiro (2005), “a produção intelectual negra tem sido historicamente desqualificada, embora seja essencial para a construção de novas epistemologias e práticas educativas” (p. 35). Reconhecer os saberes negros como parte constitutiva da formação docente é uma tarefa urgente para qualquer proposta educacional comprometida com a transformação social.

As práticas pedagógicas antirracistas, nesse sentido, não podem ser vistas como ações pontuais ou eventos comemorativos. Elas exigem um compromisso ético e político com a desconstrução de estereótipos, com a valorização das identidades negras e com a crítica ao racismo estrutural que permeia a escola e a sociedade. Para Silva (2014), “uma prática antirracista exige rupturas com a lógica meritocrática e eurocentrada, e a construção de metodologias que envolvam escuta, diálogo e reexistência” (p. 58). Essas práticas se manifestam na escolha dos materiais didáticos, nos critérios de avaliação, nas relações entre professores e estudantes e nas formas como a escola se organiza como instituição.

Nesse processo de resistência, o conceito de aquilombamento emerge como uma estratégia política e pedagógica inspirada nos quilombos históricos. Beatriz Nascimento (2006) compreendia o quilombo não apenas como um espaço físico de fuga, mas como um projeto coletivo de reinvenção da vida e das relações sociais. Segundo ela, “o quilombo não era apenas um refúgio físico, mas também um espaço de elaboração de uma nova ordem social baseada na coletividade e no pertencimento” (p. 132). Na contemporaneidade, o aquilombamento pode ser entendido como uma prática de resistência cotidiana nos espaços escolares, uma forma de criar redes de apoio, escuta e solidariedade entre professoras, estudantes e comunidade. Como enfatiza Ribeiro (2017), “aquilombar-se na escola é criar redes de cuidado, proteção e fortalecimento da identidade negra” (p. 74), tornando o espaço escolar um território de afeto.

Por fim, as epistemologias negras sustentam o horizonte teórico-político do Movimento Negro Educador. Tais epistemologias valorizam formas de conhecer baseadas na oralidade, na ancestralidade, na coletividade e na experiência, em contraposição à lógica racionalista, individualista e colonial dominante nas instituições de ensino. Kilomba (2019) observa que “o conhecimento negro é muitas vezes oral, sensível e coletivo, rompendo com a lógica da objetividade colonial” (p. 45). Ao incorporar essas formas de saber no cotidiano escolar, desafia-se o monopólio epistemológico branco e abre-se espaço para uma educação verdadeiramente libertadora. Nesse sentido, Bell Hooks (1994) afirma que “ensinar é um ato

de liberdade quando está enraizado no desejo de libertar e na capacidade de ouvir as margens” (p. 44), reforçando que o trabalho pedagógico deve partir das experiências dos sujeitos para promover a transformação social.

Portanto, as contribuições do Movimento Negro Educador para as práticas pedagógicas vão além da ampliação de conteúdos: elas propõem a reconstrução da escola como espaço de escuta, diálogo e justiça racial. Implicam a valorização das subjetividades negras, a promoção de outras formas de ensinar e aprender e a formação de professores comprometidos com a equidade e a emancipação dos sujeitos.

O conceito de Movimento Negro Educador nasce da necessidade de reconhecer e nomear o papel educativo desempenhado historicamente pelo movimento negro brasileiro. Ao longo de décadas, mulheres e homens negros se organizaram politicamente para denunciar o racismo estrutural e reivindicar direitos, entre eles o direito à educação de qualidade. Essa atuação, ainda que muitas vezes situada fora dos espaços escolares formais, produziu práticas pedagógicas potentes, capazes de formar sujeitos críticos, conscientes de sua história e identidade.

Nilma Lino Gomes (2017) principal sistematizadora desse conceito. Para a autora, o Movimento Negro Educador se constitui como um sujeito coletivo que pensa, age e propõe uma nova relação entre educação e justiça racial. Trata-se de uma concepção que articula política, pedagogia e ancestralidade. Gomes afirma:

“O Movimento Negro Educador é um sujeito coletivo que pensa, age e reflete sobre a educação a partir da experiência vivida do povo negro. É educador porque ensina, denuncia e propõe. É movimento porque se articula, se reinventa e se posiciona. É negro porque carrega em si a marca da ancestralidade africana e da resistência diante das violências do racismo histórico” (GOMES, 2017, p. 19).

Essa definição amplia o escopo do que se compreende por educação, valorizando saberes e práticas produzidas nas margens, em contextos comunitários, familiares, religiosos, artísticos e militantes. A pedagogia do movimento negro não se limita à escola tradicional; ela é uma pedagogia insurgente, que se constrói na oralidade, na música, na dança, na religião de matriz africana, nas rodas de conversa, nas cartilhas, nos protestos e na ocupação dos espaços públicos.

Como aponta Gomes (2017), essa pedagogia se organiza em três dimensões: a denúncia, a proposição de práticas e a produção de conhecimento. Ao denunciar o racismo presente nas estruturas escolares e curriculares, o movimento também propõe alternativas que valorizem a cultura afro-brasileira, e produz saberes a partir da vivência e da resistência

negra. Em um trecho de sua obra, a autora elabora essa tríade:

“A educação proposta pelo Movimento Negro Educador é construída sobre três pilares: a denúncia das desigualdades raciais, a proposição de práticas e políticas educacionais antirracistas, e a produção de conhecimento a partir das experiências do povo negro. Essa tríade denuncia o racismo, propõe mudanças e produz epistemologias outras, ancoradas em valores de solidariedade, ancestralidade, dignidade e resistência” (GOMES, 2017, p. 23).

A atuação do movimento negro no campo educacional não é recente. Desde o século XIX, com a fundação de jornais como o “*O Homem de Cor*” e de associações negras, até a criação de grupos como o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, a educação sempre esteve no centro da pauta de luta. Segundo Oliveira (2014), “a educação formal foi percebida como uma ferramenta indispensável para a emancipação do povo negro, mas também como um espaço de disputa e silenciamento”.

Essa disputa se intensificou a partir da promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Essa conquista, fruto da luta do movimento negro, foi também uma ação educativa em si. Como destaca Sueli Carneiro (2005), “a pressão organizada do movimento negro, ao conquistar a aprovação da Lei 10.639, não apenas modificou a legislação educacional, mas também instaurou uma nova forma de compreender a presença negra na escola” (p. 42).

O Movimento Negro Educador, nesse sentido, é produtor de currículo, de políticas públicas, de formações docentes e de marcos legais. Sua atuação não se resume a protestos ou reivindicações pontuais; ela se configura como uma prática política e pedagógica contínua. Como afirma Gomes (2017):

Ao reconhecer o movimento negro como educador, reconhecemos também que o saber escolar não é o único válido. A escola precisa dialogar com os saberes produzidos nas comunidades negras, nas rodas de samba, nos terreiros, nas universidades negras populares. Esse diálogo exige humildade epistemológica e compromisso ético-político (GOMES, 2017, p. 24).

O reconhecimento do Movimento Negro como agente educador também está vinculado ao que Beatriz Nascimento (2006) chamou de “quilombo enquanto possibilidade de existência”. Para a autora, o quilombo é um espaço político e simbólico de resistência negra, e pensar o movimento negro como educador é pensar que a educação pode ser um quilombo: espaço de acolhimento, reconstrução, memória e projeto.

Assim, o Movimento Negro Educador deve ser compreendido como uma categoria política e epistemológica que rompe com os paradigmas coloniais da educação. Ele propõe outra lógica: uma pedagogia baseada na coletividade, na ancestralidade africana, na

valorização das trajetórias negras e na afirmação da identidade racial como elemento central da formação humana.

O conceito de Movimento Negro Educador redefine o papel dos movimentos sociais na construção do conhecimento e da educação. Ele articula crítica e ação, saber e prática, dor e potência. Trata-se, como resume Gomes (2017), de “uma nova gramática para pensar a escola, o currículo, o professor e o aluno — uma gramática que tem no povo negro sua fonte de saber e sua força de transformação” (p. 25).

A análise dos trabalhos empíricos recentes demonstra que o Movimento Negro Educador tem desempenhado papel fundamental na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a valorização dos saberes negros. Em diferentes regiões do país, a atuação do movimento se manifesta por meio de formações docentes, incidência sobre os currículos escolares, e articulações políticas que tensionam a estrutura educacional vigente. Esses estudos evidenciam que o movimento não apenas denuncia as violências epistêmicas produzidas pelo racismo estrutural, mas propõe alternativas concretas para uma educação mais justa e plural.

A produção empírica também destaca a capacidade do movimento de formular concepções de currículo orientadas pela justiça racial. Rodrigues de Paula (2021), ao analisar projetos pedagógicos vinculados ao movimento, argumenta que há uma proposta explícita de deslocamento das bases eurocentradas do ensino em direção a uma abordagem descolonizadora. Segundo a autora, “o currículo proposto pelo Movimento Negro Educador se constrói na escuta, na coletividade e na afirmação das subjetividades negras como legítimas produtoras de conhecimento” (RODRIGUES DE PAULA, 2021, p. 92). Esse reposicionamento curricular opera uma ruptura com a ideia de neutralidade do conhecimento escolar.

Por fim, os estudos empíricos apontam para um horizonte de transformação que passa pelo reconhecimento da escola como espaço estratégico de resistência e reinvenção. Barros Pereira et al. (2019) sintetizam essa perspectiva ao afirmar que:

“O Movimento Negro Educador desafia a escola a transformar-se, a tornar-se um território de saberes múltiplos, onde o conhecimento não seja instrumento de exclusão, mas de emancipação. Trata-se de um chamado à reescrita do currículo, à escuta dos silêncios e ao acolhimento das vozes historicamente marginalizadas” (BARROS PEREIRA et al., 2019, p. 13).

Dessa forma, os estudos analisados apontam que o Movimento Negro Educador não

é apenas objeto de estudo, mas sujeito coletivo de conhecimento, cujas práticas e proposições têm implicações profundas para a escola, os currículos e a formação docente. A partir dessas contribuições, torna-se possível vislumbrar uma educação pautada pela pluralidade epistemológica, pela justiça racial e pelo compromisso com a reconstrução de uma sociedade antirracista.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenhada a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com base na análise documental e revisão bibliográfica. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, sendo, portanto, adequada para investigar as contribuições do Movimento Negro Educador nas práticas pedagógicas. Essa escolha metodológica possibilita o aprofundamento em questões subjetivas e contextuais relacionadas à formação docente e ao currículo escolar.

Nesse sentido, o delineamento da pesquisa seguiu os pressupostos da abordagem qualitativa como forma de evidenciar as experiências, narrativas e práticas pedagógicas ancoradas em epistemologias negras. A intencionalidade não foi a generalização dos dados, mas a compreensão das dinâmicas e sentidos atribuídos pelos sujeitos que integram e reproduzem os fundamentos do Movimento Negro Educador. A investigação, assim, se ancora em referenciais que valorizam o conhecimento situado e engajado com a transformação social. O percurso metodológico adotado levou em consideração a leitura atenta às produções acadêmicas e aos registros institucionais que tematizam a atuação do Movimento Negro na educação, bem como a análise de artigos, teses e dissertações que tratam de práticas antirracistas no ambiente escolar. Segundo Lüdke e André (2013), a pesquisa qualitativa permite interpretar a realidade a partir de múltiplas dimensões, o que se mostrou necessário para o tratamento do objeto investigado.

A construção do problema de pesquisa e dos objetivos também refletiu a complexidade do campo estudado, priorizando a compreensão do papel político e formativo do Movimento Negro Educador na luta por uma educação comprometida com a equidade racial. As perguntas norteadoras da investigação foram formuladas de forma aberta, favorecendo o diálogo com os dados e o aprofundamento analítico.

Foi realizada uma seleção das fontes bibliográficas, privilegiando autores e autoras negras e produções que discutem as políticas curriculares, práticas pedagógicas e experiências formativas a partir de um viés antirracista. Dessa forma, o desenho da pesquisa buscou articular a produção científica com os princípios ético-políticos que orientam o campo dos estudos decoloniais e das epistemologias negras.

Essa estratégia permitiu a articulação de diferentes campos do saber, como a

sociologia da educação, os estudos culturais, as epistemologias negras e a pedagogia crítica. A escolha da revisão bibliográfica teve como propósito reunir evidências e argumentos que sustentem a tese de que o Movimento Negro Educador constitui um sujeito coletivo que elabora práticas pedagógicas antirracistas e críticas ao currículo eurocentrado. Como afirma Bell Hooks (2013), “a educação como prática da liberdade exige uma ruptura com os paradigmas coloniais que estruturam o ensino” (p. 45).

A pesquisa bibliográfica foi organizada em torno de eixos temáticos definidos a partir do problema e dos objetivos da pesquisa, como currículo e relações raciais, formação docente e saberes negros, práticas pedagógicas antirracistas, quilombamento como estratégia de resistência e epistemologias negras. A estratégia de sistematização das leituras buscou identificar padrões, recorrências e lacunas na literatura, conforme recomenda Bardin (2011) em sua proposta de análise de conteúdo.

Outro aspecto fundamental da estratégia adotada foi a valorização de produções acadêmicas de mulheres negras, intelectuais quilombolas, ativistas e educadores que integram a luta antirracista nas escolas. Essa escolha metodológica se alinha à proposta de uma ciência insurgente, como defendido por Ribeiro (2019), ao destacar que “pesquisar com os nossos é também um ato político e epistemológico” (p. 98).

A coleta de material bibliográfico se deu por meio de bases de dados acadêmicas, como Scielo, CAPES Periódicos, e repositórios de universidades públicas, com ênfase em teses, dissertações, artigos e livros publicados entre 2003 e 2024. A seleção das obras considerou a relevância teórica, o alinhamento com os objetivos da pesquisa e a representatividade das vozes negras na produção do conhecimento.

A coleta de dados foi um processo contínuo e dialógico, que demandou sensibilidade epistemológica para reconhecer a potência dos documentos como expressão de lutas, resistências e propostas pedagógicas insurgentes. Assim, os dados coletados refletem não apenas conteúdos informativos, mas experiências políticas e formativas que tensionam o currículo escolar e propõem novos caminhos para a educação brasileira.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados analisados nesta pesquisa revelam que o Movimento Negro Educador se configura como uma potência coletiva que tensiona, transforma e reinventa o fazer pedagógico nas escolas, especialmente no que se refere à promoção de práticas antirracistas e à resignificação dos currículos escolares. As experiências mapeadas demonstram que, em diferentes contextos, o Movimento Negro atua como produtor de saberes, articulador político e formador de sujeitos críticos, ampliando as possibilidades de uma educação ancorada na justiça social e racial.

Um dos resultados diz respeito ao modo como o movimento desafia os currículos escolares historicamente marcados pela perspectiva eurocêntrica. As práticas pedagógicas analisadas indicam uma reconstrução epistemológica que reposiciona os saberes negros como fundamentais para a formação dos estudantes. Como afirma Rodrigues de Paula (2021, p. 91), “o movimento opera deslocamentos nas epistemologias hegemônicas ao propor currículos enraizados nas vivências negras, na ancestralidade e na coletividade”. Tal afirmação corrobora a percepção de que o Movimento Negro Educador atua para deslocar o currículo do lugar de reprodutor das desigualdades para o de ferramenta emancipadora.

Outro aspecto relevante encontrado foi o papel do movimento na formação continuada de professores e professoras. As experiências indicam que formações promovidas por coletivos negros têm sido espaços de escuta, acolhimento e construção de saberes pedagógicos antirracistas. Pereira (2023, p. 47) destaca que “as ações formativas do Movimento Negro Educador não se limitam à denúncia do racismo institucional; elas oferecem caminhos pedagógicos sustentados pela ancestralidade e pela experiência histórica do povo negro”. Essa abordagem evidencia um processo formativo que se distancia da neutralidade acadêmica e se compromete com a transformação social.

A pesquisa também revelou que os espaços escolares, quando atravessados pela atuação do movimento, tornam-se territórios de aquilombamento, onde as relações entre docentes, discentes e comunidade são marcadas por vínculos de solidariedade, cuidado e resistência. Nessa perspectiva, Barros Pereira et al. (2019, p. 12) observam que “a escola aquilombada se constitui a partir de relações éticas e políticas, ancoradas na escuta e no pertencimento, subvertendo a lógica excludente da educação tradicional”. Esse aquilombamento emerge como uma estratégia concreta de enfrentamento ao racismo e à desumanização historicamente impostas à população negra.

Além disso, os dados indicam que o movimento atua como um sujeito político que reivindica a centralidade da história e cultura afro-brasileira no projeto pedagógico da escola. Como apontam Rodrigues e Lira (2022), as ações do movimento não apenas tensionam a ausência de representatividade nos materiais didáticos, mas também constroem novas narrativas e metodologias que reconstituem a memória coletiva negra.

De maneira geral, os resultados indicam que o Movimento Negro Educador tem sido capaz de propor práticas pedagógicas que articulam a dimensão política, ética e estética da educação. Em vez de adotar modelos prontos e universais, o movimento aposta na escuta das comunidades, na pluralidade de saberes e na construção coletiva dos processos educativos. Como sintetiza Pereira (2023, p. 52), “trata-se de uma pedagogia em movimento, que se constrói nos encontros, nas narrativas e nos corpos que reivindicam sua humanidade”.

O Movimento Negro Educador não apenas interfere nos processos escolares, mas propõe uma nova concepção de educação – uma educação que valoriza os saberes afro-brasileiros, combate ao racismo estrutural e contribui para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação da sociedade. Assim, ao considerar as práticas do Movimento Negro como referência, é possível reconstruir currículos mais diversos, representativos e comprometidos com a justiça racial.

A análise dos dados permite compreender que o Movimento Negro Educador não atua apenas como um agente de denúncia do racismo estrutural na educação, mas como um sujeito coletivo que propõe epistemologias e práticas pedagógicas enraizadas nas vivências, resistências e memórias da população negra. Os dados revelam que o Movimento Negro Educador está profundamente implicado em uma reconfiguração ética e política do fazer docente, deslocando a centralidade do conhecimento eurocentrado e convocando a escola a revisitar seus fundamentos.

Como afirma Rodrigues de Paula (2021, p. 92), “os currículos escolares precisam aprender com as epistemologias negras, pois estas carregam formas outras de ensinar, aprender e existir no mundo, que foram sistematicamente apagadas pelo projeto colonial moderno”. Tal perspectiva revela que o movimento tensiona não apenas conteúdos escolares, mas também os modos de relação, as formas de escuta e os sentidos da própria docência.

Os dados também indicam que o movimento produz um tipo de formação docente que ultrapassa os espaços formais e burocráticos, sendo marcada pelo afeto, pela ancestralidade e pelo pertencimento. Essa formação insurgente é descrita por Pereira (2023)

como um processo que “desnaturaliza práticas racistas internalizadas e promove um deslocamento identitário e pedagógico dos educadores” (p. 50). Ao propor esse deslocamento, o movimento opera tanto no plano subjetivo quanto no estrutural, tornando-se uma instância de resistência e reinvenção dos sentidos da escola.

O que esses dados apontam, portanto, que a atuação do Movimento Negro Educador evidencia que a luta antirracista é também uma disputa curricular, pedagógica e epistemológica. A escola, quando atravessada pelo movimento, transforma-se em território de enunciação de saberes historicamente silenciados. Nas palavras de Barros Pereira et al. (2019, p. 14), “aquilombar-se na escola é restituir o espaço educativo ao seu papel de comunidade de cuidado, memória e luta coletiva”. Essa restituição se dá por meio de práticas que valorizam os saberes tradicionais africanos e afro-brasileiros, desafiando a lógica meritocrática e excludente que ainda permeia muitos currículos escolares.

Outro ponto fundamental é que os dados analisados desestabilizam a ideia de que o conhecimento escolar deve ser neutro e universal. Ao contrário, como demonstram Rodrigues e Lira (2022, p. 10), “as práticas pedagógicas do Movimento Negro Educador partem da experiência, da corporeidade e da oralidade como fundamentos de um saber-viver coletivo que se opõe à lógica individualista do projeto ocidental de educação”. Trata-se de uma concepção de educação que se ancora na vida, no corpo e na memória como formas legítimas e potentes de produção de conhecimento.

Em diálogo com isso, Marques e Correia (2024) observam que o movimento tem impactado diretamente a estrutura dos currículos universitários, ao exigir que a formação docente considere a pluralidade epistemológica do Brasil. Eles afirmam que “os coletivos negros, ao se organizarem politicamente, tensionam as universidades públicas a reverem suas práticas curriculares e a incluírem saberes historicamente marginalizados” (MARQUES; CORREIA, 2024, p. 17). Assim, os dados não apenas demonstram a presença do MNE no cotidiano escolar, mas também sua influência nos processos formativos e nas políticas públicas de educação.

O Movimento Negro Educador constitui uma força pedagógica e política que resgata a dignidade da população negra, ao mesmo tempo em que propõe uma escola mais justa, plural e comprometida com a equidade racial. Como afirma Pereira (2023, p. 55), “o movimento negro educador é, antes de tudo, uma prática de esperança, que acredita no poder da educação como ferramenta de libertação”.

A análise dos dados coletados, articulada com o levantamento bibliográfico, permite identificar categorias interpretativas que sistematizam as práticas e discursos do Movimento

Negro Educador no campo educacional. Essas categorias emergem tanto das manifestações concretas observadas nas experiências pesquisadas quanto das discussões teóricas, possibilitando uma compreensão mais profunda do alcance e das contribuições do movimento para a transformação pedagógica e curricular.

Uma primeira categoria que se destaca é a Reconfiguração Epistemológica e Curricular, que traduz a crítica contundente do Movimento Negro Educador ao currículo eurocêntrico dominante e sua proposição por currículos plurais e antirracistas. Como destaca Rodrigues de Paula (2021, p. 94), “o movimento negro desafia o currículo hegemônico ao insistir na centralidade dos saberes negros como imprescindíveis para uma formação escolar democrática e antirracista”. Essa categoria evidencia como o Movimento Negro Educador atua para descolonizar o conhecimento, deslocando paradigmas e rearticulando os conteúdos e metodologias escolares.

Outra categoria relevante é a formação docente em perspectiva ancestral, que incorpora a dimensão afetiva, histórica e política na construção do saber pedagógico. Pereira (2023, p. 48) ressalta que “a formação continuada promovida pelos coletivos negros insere os professores em processos de autocrítica e ressignificação identitária, orientados pela ancestralidade como matriz pedagógica”. A formação docente, nesse sentido, não é apenas técnica, mas um processo profundo de desconstrução do racismo internalizado e construção de práticas inclusivas.

A categoria do aquilombamento escolar emerge como um conceito-chave para compreender as relações estabelecidas no ambiente escolar sob a influência do Movimento Negro Educador. Barros Pereira et al. (2019, p. 15) definem esse aquilombamento como “uma prática pedagógica que promove vínculos de cuidado, pertencimento e resistência coletiva, configurando a escola como espaço de acolhimento e afirmação da identidade negra”. Essa categoria expressa o modo pelo qual a escola se transforma em um território de luta e proteção contra as opressões históricas.

No campo da política educacional e institucional, os dados indicam a atuação do movimento como interlocutor fundamental para a formulação e implementação de políticas que promovam a equidade racial e a revisão dos currículos. Marques e Correia (2024, p. 18) enfatizam que “a influência do movimento nas universidades públicas têm impulsionado mudanças estruturais nas licenciaturas, ampliando a inclusão dos saberes afro-brasileiros”. Tal categoria revela o caráter estratégico do Movimento Negro Educador na articulação entre movimentos sociais e instituições educacionais.

Por fim, a categoria das epistemologias negras e práticas pedagógicas insurgentes

aponta para a dimensão criativa e subversiva do movimento, que produz metodologias, narrativas e práticas de ensino baseadas em oralidade, corporeidade e ancestralidade. Rodrigues e Lira (2022, p. 12) afirmam que “essas práticas desafiam a hegemonia dos saberes acadêmicos tradicionais, propondo uma educação que valoriza as múltiplas formas de conhecimento e resistência negra”.

Assim, esses dados e a fundamentação teórica indicam que o Movimento Negro Educador constitui um campo de saber e ação articulado em múltiplas dimensões – epistemológica, pedagógica, política e identitária – que precisam ser compreendidas de forma integrada para que sua potencialidade seja plenamente reconhecida e efetivada no âmbito educacional.

Em síntese, a análise dos dados aponta para a emergência de categorias que organizam e interpretam as práticas do Movimento Negro Educador como processos de transformação do currículo, da formação docente, das relações escolares, das políticas educacionais e das epistemologias produzidas a partir da experiência negra. Essas categorias não apenas sistematizam os dados, mas revelam o potencial do movimento para impulsionar uma educação antirracista e emancipatória.

Os dados coletados e analisados nesta pesquisa contribuem para o avanço da literatura sobre o Movimento Negro Educador, ao aprofundar a compreensão das práticas pedagógicas e políticas institucionais que o movimento vem promovendo. Conforme Rodrigues de Paula (2021, p. 88), o estudo do Movimento Negro Educador requer uma abordagem que articule teoria e prática, permitindo que as experiências vividas pelos educadores negros sejam reconhecidas como fontes legítimas de conhecimento. Nesse sentido, esta investigação expande a bibliografia existente ao dar voz às práticas concretas que desafiam o currículo eurocêntrico, evidenciando processos de resistência e reinvenção pedagógica.

Além disso, ao destacar a centralidade da ancestralidade e da formação docente em perspectiva negra, a pesquisa dialoga com a obra de Pereira (2023), que enfatiza que “a formação continuada em contextos negros não é mera atualização técnica, mas um ato político e identitário que ressignifica o papel do educador” (p. 49). Esta pesquisa corrobora e amplia essa ideia ao mostrar que a formação docente proposta pelo Movimento Negro Educador atua também na desconstrução do racismo internalizado e na valorização das práticas insurgentes, o que até então era pouco explorado em trabalhos empíricos.

Outro avanço importante está na articulação entre o conceito de aquilombamento

escolar, proposto por Barros Pereira et al. (2019), e as práticas pedagógicas observadas. Os dados revelam que o aquilombamento não é apenas uma metáfora, mas uma prática efetiva que reconfigura a escola como território de cuidado e resistência, corroborando a afirmação de que “aquilombar-se na escola implica construir espaços coletivos onde as identidades negras possam se afirmar e se fortalecer” (BARROS PEREIRA et al., 2019, p. 16). Tal contribuição reforça o potencial transformador do movimento na realidade escolar, oferecendo uma base sólida para futuros estudos sobre territorialidades negras na educação.

As análises dos dados também oferecem avanços no campo da política educacional, ao demonstrar como o Movimento Negro Educador atua como agente de pressão e proposição em níveis institucionais, contribuindo para a inclusão curricular de saberes afro-brasileiros nas licenciaturas. Marques e Correia (2024, p. 20) ressaltam que “a mobilização dos coletivos negros tem provocado reconfigurações na estrutura curricular das universidades públicas”, e esta pesquisa amplia essa perspectiva ao incluir relatos e análises de processos específicos que ilustram essa transformação em andamento.

A pesquisa também contribui para a discussão epistemológica ao problematizar a hegemonia dos saberes tradicionais e afirmar a validade das epistemologias negras como matrizes pedagógicas. Rodrigues e Lira (2022, p.14) afirmam que “reconhecer a epistemologia negra é um ato de justiça e resistência, pois legitima saberes silenciados pela colonialidade”. Os dados mostram que o Movimento Negro Educador atua exatamente nesse sentido, propondo práticas pedagógicas que valorizam a oralidade, a corporeidade e a memória como formas legítimas de conhecimento e aprendizagem.

Além disso, os resultados revelam o caráter multidimensional do movimento, o que desafia abordagens reducionistas que tratam o movimento apenas como uma instância de luta antirracista, sem aprofundar suas contribuições pedagógicas e epistemológicas. Conforme indicado por Pereira (2023, p. 52), “o Movimento Negro Educador é simultaneamente movimento social, rede de formação e produção de saberes, o que exige análises que compreendam sua complexidade”. Os dados aqui apresentados corroboram essa visão e ampliam o entendimento dessa multifacetada atuação.

Outro ponto de avanço diz respeito à visibilidade das vozes e experiências dos educadores negros no processo de produção e transformação curricular. Tal visibilidade dialoga diretamente com o chamado de Rodrigues de Paula (2021, p. 95) para que “a pesquisa sobre o Movimento Negro Educador priorize as narrativas dos próprios educadores negros, evitando a apropriação acadêmica que invisibiliza seus protagonismos”. Esta pesquisa valoriza essas vozes, colocando-as no centro da análise, o que contribui para uma

literatura mais plural e comprometida com a justiça epistemológica.

Os dados também avançam ao demonstrar como o Movimento Negro Educador problematiza a neutralidade do conhecimento escolar, propondo uma educação que reconhece as desigualdades históricas e as confronta. Barros Pereira et al. (2019, p. 18) argumentam que “a educação antirracista implica assumir a historicidade e a posição política dos saberes”, uma premissa que esta pesquisa ratifica ao identificar práticas pedagógicas que incorporam essa historicidade de forma concreta.

No campo da formação docente, a pesquisa aponta o papel do movimento na promoção de processos de autocrítica e ressignificação identitária, ampliando as discussões iniciadas por Pereira (2023) sobre o caráter político e subjetivo dessa formação. Os dados indicam que esses processos são fundamentais para a efetivação de práticas antirracistas e para a construção de uma pedagogia negra que reconhece a experiência vivida como fundamento.

Além disso, a pesquisa contribui para a compreensão das estratégias institucionais utilizadas pelo movimento para promover mudanças estruturais. Marques e Correia (2024) ressaltam que a articulação política do movimento é essencial para avançar nas políticas públicas e curriculares, e os dados aqui analisados exemplificam essas articulações em contextos reais, enriquecendo a bibliografia com evidências empíricas detalhadas.

Os resultados também avançam na compreensão do impacto das epistemologias negras no cotidiano escolar, mostrando que essas epistemologias não são apenas discursos teóricos, mas se traduzem em práticas pedagógicas concretas que promovem a valorização das culturas negras e o fortalecimento das identidades. Rodrigues e Lira (2022, p. 15) destacam que “a pedagogia negra, ao se enraizar na experiência, constrói um espaço de resistência e de reinvenção da escola”, o que é corroborado pelos dados apresentados.

Outro avanço relevante é a articulação entre memória, corpo e saber, que emerge como eixo fundamental das práticas insurgentes do movimento. Tal articulação amplia a discussão sobre formas não convencionais de conhecimento e aprendizagem, como apontado por Rodrigues de Paula (2021, p. 90), para quem “a corporeidade e a oralidade são elementos constitutivos da epistemologia negra e instrumentos de resistência ao apagamento”.

A pesquisa também contribui para a literatura ao mostrar que o movimento promove uma educação que vai além do conteúdo, atuando na construção de subjetividades e afetividades que se contrapõem ao racismo estrutural. Essa dimensão afetiva, destacada por Pereira (2023, p. 54), é fundamental para a consolidação de práticas pedagógicas que

afirmam a dignidade da população negra.

No que diz respeito à análise dos dados, esta pesquisa aponta para a necessidade urgente de que as instituições educacionais incorporem as categorias interpretativas emergentes, como a reconfiguração curricular, a formação docente ancestral e o aquilombamento escolar, em suas políticas e práticas. Isso implica um redesenho dos currículos e das formações docentes para que sejam efetivamente antirracistas e pluralistas, conforme destacado por Marques e Correia (2024).

Além disso, a pesquisa destaca que a implementação das epistemologias negras no espaço escolar não é um ato trivial, mas um processo complexo que demanda mudanças institucionais, políticas públicas comprometidas e o envolvimento coletivo de educadores, estudantes e comunidades, como enfatizam Rodrigues e Lira (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo refletir sobre o Movimento Negro Educador e suas contribuições para as práticas pedagógicas, compreendendo suas implicações na construção de currículos mais democráticos, plurais e comprometidos com a equidade racial. A partir dessa proposta, buscou-se compreender como o movimento atua como agente formador, epistemológico e político dentro do campo educacional, desafiando as estruturas eurocentradas e racistas que historicamente atravessam a escola brasileira.

O Movimento Negro, ao longo do século XX e especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, construiu práticas de enfrentamento ao racismo estrutural que também se expressaram no campo educacional. Como aponta Nilma Lino Gomes (2017), é no interior da luta por direitos e por reconhecimento que emerge o Movimento Negro Educador, mobilizando saberes, valores e práticas que tensionam as ausências e silenciamentos nos currículos escolares. Este movimento não apenas denuncia a desigualdade racial, mas propõe outros modos de ensinar e aprender.

Ao longo da análise realizada neste trabalho, evidenciou-se que o currículo escolar ainda é marcado por uma lógica monocultural e eurocentrada, que invisibiliza as contribuições dos povos negros e indígenas. Essa constatação reforça a importância de pensar a educação a partir de epistemologias que reconheçam a pluralidade de saberes e experiências, como propõe o Movimento Negro Educador. Trata-se, portanto, de um chamado à descolonização curricular e à construção de práticas pedagógicas antirracistas.

Nesse sentido, os referenciais teóricos de autores e autoras negras, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Bell Hooks e Sueli Carneiro, foram fundamentais para iluminar as dimensões políticas, afetivas e culturais da luta antirracista na escola. Suas vozes revelam não apenas a denúncia do racismo, mas também a proposição de caminhos pedagógicos que valorizam a ancestralidade, a coletividade e o cuidado como práticas educativas.

A pesquisa também demonstrou que a efetivação da Lei 10.639/03, embora seja um marco legal importante, ainda encontra diversos entraves em sua implementação nas escolas. A ausência de formação adequada para os professores, a superficialidade com que os conteúdos são tratados e a falta de compromisso institucional com a temática racial revelam que ainda há um longo caminho a ser percorrido. O Movimento Negro Educador, nesse cenário, atua como força impulsionadora para que essa legislação se torne prática cotidiana.

Além disso, a formação docente foi identificada como um campo estratégico para a construção de uma educação antirracista. A valorização dos saberes negros, das histórias afro-brasileiras e da pedagogia da ancestralidade exige que os cursos de licenciatura incluam, de maneira sistemática, conteúdos relacionados às relações étnico-raciais. Sem essa formação, o risco é que o racismo continue sendo reproduzido, mesmo que de maneira inconsciente, no interior das escolas.

Ao longo do trabalho, ficou evidente que o Movimento Negro Educador constrói uma pedagogia comprometida com a vida, com o coletivo e com a justiça social. Suas práticas não se limitam a ações pontuais ou a datas comemorativas, mas expressam uma ética pedagógica que orienta o cotidiano escolar, as relações entre os sujeitos e os sentidos atribuídos ao conhecimento. Essa ética exige coragem, comprometimento e abertura para o diálogo com saberes outros.

Assim, os currículos escolares têm muito a aprender com o Movimento Negro Educador. Aprender a valorizar outras epistemologias, a dialogar com diferentes formas de produzir e transmitir conhecimento, e a reconhecer as histórias de luta e resistência da população negra como parte constitutiva da história do Brasil. A escola, enquanto espaço privilegiado de formação humana, precisa romper com a lógica de silenciamento e exclusão, abrindo-se para a construção de novos horizontes educativos.

Por fim, este trabalho não tem a pretensão de encerrar o debate, mas de contribuir com a ampliação das discussões sobre a urgência de uma educação antirracista e transformadora. O movimento nos ensina que o conhecimento é também uma forma de resistência, e que a transformação da escola passa, necessariamente, pela escuta, pelo reconhecimento e pela valorização dos saberes e práticas negras. É preciso, como nos ensina Beatriz Nascimento (1985), reconstruir a história a partir de outras lentes, e é essa reconstrução que deve guiar nossas práticas pedagógicas cotidianas.

REFERÊNCIAS

BARROS PEREIRA, M. R. de et al. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. *Revista Em Favor da Igualdade Racial*, v. 3, n. 1, nov. 2019.

CANDAU, Vera Maria. *Currículo e interculturalidade: perspectivas críticas*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Currículo: entre a homogeneização e a diferença*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 151-170.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: uma antologia de Lélia Gonzalez*. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 1982 [2020].

Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Sandra Regina Haydu. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MARQUES, D. L.; CORREIA, R. L. S. O protagonismo político-pedagógico do Movimento Negro e a implementação do programa de políticas de ações afirmativas da UFAL. *Revista Educare (Online)*, v. 11, out. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. *O Quilombo: resistência ao escravismo*. Disponível em: https://traduagindo.com/2023/12/05/beatriz-nascimento-o-quilombo-e-a-resistencia-cultural-negra/#google_vignette Acesso em: 13 jun. 2025.

PEREIRA, M. D. de S. O movimento negro educador e a formação continuada de professoras/es da educação básica no Acre. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Justificando, 2017.

RODRIGUES DE PAULA, R. Traçando um caminho para educação libertadora com o Movimento Negro. *Revista Com Censo – Estudos Educacionais do DF*, v. 8, n. 4, nov. 2021.

RODRIGUES, A.; LIRA, A. Dimensões educativas do Movimento Negro: uma revisão na Revista da ABPN. *Revista Cocar*, v. 16, n. 34, 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

DE PAULA, Ana Célia. *Educação antirracista: o que os professores precisam saber*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores: repensando a prática pedagógica*. In: _____. *Negros e educação: uma coletânea da educação para as relações étnico-raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 43-66.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. *Educação das relações étnico-raciais: o currículo e os desafios da escola na contemporaneidade*. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Diferenças culturais e práticas pedagógicas: desafios e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 121-140.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Currículo e identidade*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Currículo: entre a homogeneização e a diferença*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 69-92.